

Memória e pertencimento: a Vila Castelo Branco no espaço urbano de Campinas

Dissertação de mestrado defendida no Departamento
de Multimeios (Instituto de Artes - Unicamp)
Orientadora: Profa. Dra. Olga R. M. von Simson

JOSÉ
ROBERTO
GONÇALVES

Pertencer a uma cidade, vila ou bairro, não é apenas viver nela, mas sim participar ativamente de seu cotidiano,

de seus ritos e costumes. Podemos morar anos em uma determinada comunidade e nunca nos sentirmos realmente como pertencentes a ela. Mesmo que parte de nossa história pessoal tenha que ser contada utilizando os referenciais materiais desta localidade, isto não implica diretamente que nos sintamos parte desse lugar.

Construímos nosso sentido de pertencimento a partir de nossas lembranças, boas ou ruins, sendo necessário viver uma determinada experiência para podermos recordá-la, mesmo quando essa experiência é vivida de forma indireta como quando se lê um livro ou se ouve uma história. Quanto mais forte for o reconhecimento da sociedade em geral em relação à comunidade de pertencimento, tanto maior será a recorrência do indivíduo a estas lembranças para a composição de suas histórias de vida.

O fato de privilegiar ou negar determina-

“O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea.”
Bosi, Ecléa: 1994: 48

das lembranças ou períodos de nossa história de vida é comum. Este fato tornou-se marcante nos relatos dos pesquisadores do Centro de Mem-

mória-Unicamp, quando estes estudaram a memória de duas comunidades distintas de Campinas: o bairro Cambuí e a Vila Industrial. (SIMSON, 1997)

Em decorrência da trajetória pessoal dos moradores da Vila Industrial, a conquista da casa própria é considerada como uma melhoria de vida e a concretização de um sonho que os mantém unidos e ligados à localidade até hoje, pois a ocupação e ordenação do bairro se fizeram de forma a permitir a reprodução das relações de convivência existentes em seus locais de moradia de origem. Também os une a conquista de melhorias significativas para o bairro, através de movimentos internos (escola, cinema, bares, igreja, praças e mercearias, entre outros) que permitiram a convivência intra-bairro entre iguais.

No bairro Cambuí, por sua vez, os pesquisadores não foram tão bem recebidos como na Vila Industrial. Diferentemente do primeiro

bairro proletário de Campinas, a população atual do Cambuí é formada por gente “nova” e os antigos moradores que ali permanecem não mais conservam o mesmo poderio econômico de outrora. Pois, apesar de ainda o bairro Cambuí ser considerado um espaço nobre em Campinas, ele não é mais o local de moradia para as famílias de alto poder aquisitivo e de destaque na sociedade, que hoje preferem os condomínios fechados, criados na porção norte da cidade. Desta forma, o assumir-se como antigo morador do bairro não figura mais como um diferencial valorizado pela sociedade pequeno burguesa local. (SIMSON, 1997)

De forma análoga podemos extrapolar estas observações para a população da Vila Castelo Branco. Para os moradores deste conjunto habitacional encravado na porção sudoeste de Campinas, que ali permanecem e não experimentaram novas formas de ascensão social, o viver no bairro é tido como positivo e motivo de orgulho. Para outros, viver ou mesmo identificar-se como morador ou ex-morador da vila não é um processo fácil. Antes de negar, estes assumem suas origens, mas evitam comentar e mostram-se reticentes ao contato com o pesquisador que busca a memória desta comunidade e, por conseguinte, identificar seus integrantes às suas origens.

No processo de recompor as destinações dos espaços públicos de uma dada cidade e a interação/identificação de seus moradores com uma localidade específica da teia urbana, faz-se necessário antes de tudo, um prévio reconhecimento das condições que geraram esta organização social.

No caso da cidade de Campinas verifica-se que em seu início, o município teve seu ter-

ritório organizado em função das condições geográficas impostas pelo terreno. Os “Três Campinhos” eram as áreas mais propícias ao alojamento de animais e tropeiros (perto de fonte de água limpa, campo para pastagem e facilidade de locomoção dos animais) e por isso constituíram os embriões para o surgimento da nova localidade. [1]

Posteriormente, com o início da urbanização, a ordenação dos espaços públicos passa a ser determinada pelas autoridades locais, e então as condições geográficas perdem sua força e entra em cena a organização da população segundo seu poder aquisitivo. Os ricos recebem do governo municipal lotes no centro da cidade e de esquina, os trabalhadores pobres recebem pequenas propriedades agrícolas que são alocadas fora do perímetro urbano na porção sul da cidade. Esta configuração proporcionou uma valorização artificial dos terrenos de esquina que perdura até hoje. Mesmo que estes possuam a mesma metragem dos de meio de quadra, os seus moradores atribuem um valor maior às casas aí localizadas.

“O arruamento para a construção das casas era tarefa atribuída ao diretor do povoado, autoridade máxima do local que prolongava as ruas, marcava as quadras e dividia os terrenos, distribuindo-os a quem se dispusesse a contribuir, mediante auxílio, para as obras da matriz.” (BADARÓ, 1996: 20)

As doações dos terrenos também eram consignadas à dimensão da construção que os novos moradores pretendiam erguer, para as

maiores os de esquina, para as menores os terrenos de meio de quadra. Este fato é narrado por PUPO: “com o aumento do número de casas no povoado, surgiram as de menor frente, economizando terreno (...) os abastados faziam suas casas com duas salas de frente e corredor.” (1969: 88)

Nesse processo de urbanização, que se dá concomitantemente à expansão da lavoura açucareira e chegada das ferrovias à cidade, a instalação dos bairros proletários de Campinas segue em direção sul preferencialmente, acompanhando o mesmo sentido de distribuição de terras para os agricultores pobres da época. Em seu início, essa orientação é dada pela baixa qualidade da terra para a agricultura, posteriormente, pela instalação de aparelhos públicos que causavam asco à população: forca, asilo de morféticos e variolosos, Matadouro Municipal e curtumes, além dos trilhos das ferrovias. Todas essas atividades foram alocadas ou transferidas para a região da Vila Industrial, após os trilhos da Cia Paulista de Estradas de Ferro, juntamente com o alojamento para imigrantes e trabalhadores da ferrovia. Desta forma, podemos considerar a Vila Industrial como o primeiro bairro que assume sua característica fundante de vila para trabalhadores em Campinas. [2]

Posteriormente, já na década de 60 do século passado, com a criação do BNH e instalação da Cohab – Bandeirantes em Campinas, essa orientação rumo ao sul para o abrigo de bairros de trabalhadores é definitivamente estabelecida. A Cohab, seguindo a tendência geral, alocou preferencialmente seus conjuntos habitacionais para trabalhadores de baixa renda nesta região. Com a implantação das vilas Rica e Castelo Branco no último quartel da década de 60 e, posteriormen-

te já na década de 80/90, dos Distritos Industriais (DICs), este território é demarcado como área para construção de empreendimentos imobiliários destinados às classes populares. [3]

Nesse sentido, o historiador LAPA nos alerta:

“que a nova sociedade burguesa e capitalista vem com o tempo impor regras de racionalização do uso do espaço urbano, o que vem discriminar de maneira mais acentuada as desigualdades nos níveis de renda e social.” (1996: 27)

Assim sendo, primeira parte do bairro São Bernardo (1954 - construída pela Fundação da Casa Popular) e posteriormente as vilas Rica (1966) e Castelo Branco (1967-1968) estão inseridas num processo de higienização do centro de Campinas. Elas foram construídas e destinadas preferencialmente para a transferência da população encortiçada e de baixa renda, antes moradora das regiões nobres do município. Essa população, originalmente habitava sub-moradias na região do Centro, Cambuí e Taquaral. Este último bairro valorizou-se no final da década de 60 com a implantação de melhorias urbanísticas (Parque Portugal) e a remoção da zona de prostituição para o Jardim Itatinga, criado também na porção sul da cidade para este fim específico.

Contudo, a criação destas vilas populares nunca foi unanimidade em Campinas. O discurso oficial autoritário baseava-se no critério higienista, tanto no período em que a cidade foi assolada pela febre amarela, 1889-1900 (SANTOS FILHO, 1996), como no governo militar, 1964-1985. Já o discurso das elites, debatido nos

jornais da época, pregava a miscigenação desta população de encortçados e trabalhadores de baixa renda aos demais habitantes de bairros operários de formação mais antiga como forma de promover sua ascensão moral e intelectual.

Nesta visão, a criação destas megas vilas populares sem a devida miscigenação de classes trabalhadoras iria propiciar a instalação de “quistos sociais” impenetráveis, com valores éticos próprios devido à predominância de uma população específica, formando assim núcleos de marginalidade nocivos à estrutura social e política estabelecida (*fig. 1*). [4] Podemos encontrar paralelo no pensamento que orientou a distribuição da mão-de-obra necessária, mas não desejada, na época da escravatura. Durante o processo de importação e distribuição pelo território nacional, os negros sofriam o desmembramento de suas famílias e comunidades de origem, de forma a se evitar a manutenção dos laços afetivos e de identidade cultural, impedindo a formação de núcleos de resistência e possíveis focos que ameaçassem a ordem social vigente.

Esta mesma análise pode ser utilizada para observar as formas de distribuição da mão-de-obra imigrante no final do século XVIII e início do seguinte. As companhias que regulavam a imigração distribuíam os trabalhadores pelos estados brasileiros de forma a dificultar a formação de grandes comunidades de uma única nacionalidade, favorecendo assim a convivência entre estrangeiros diversos e brasileiros natos, com o intuito de preservar a integridade nacional, além de promover um desejado branqueamento da população de trabalhadores brasileiros menos qualificados.

Essa visão que defendia a integração de diferentes comunidades como forma de elevação

moral de uma pelo contato com a outra mais confiável e, por conseguinte, a rejeição de grandes concentrações de pessoas de uma mesma origem, penetrou, de uma forma ou de outra, toda a sociedade campineira da época. Mesmo os trabalhadores que se transferiram para essas localidades levaram consigo este estigma, o que dificultou, de certa forma, a formação de uma identidade local baseando-se no orgulho de pertencer ao bairro.

Devido aos avanços e retrocessos da industrialização e implementação da comunicação de massa, cria-se então a figura do ‘morador espectador’, que se relaciona com a cidade e não com o bairro, está sempre a procura de novas oportunidades de ascensão social. Esta postura dificulta ou até mesmo impede a criação da identidade local, pois a criação desta passa obrigatoriamente pelo envolvimento com a comunidade em que reside. Desta forma, este morador espectador não está preocupado com a preservação da memória local e até mesmo a nega quando lhe é interessante. De forma análoga temos o processo de inserção do negro na sociedade brasileira. Desde o período regencial, o negro, que de certa forma ascende socialmente, seja pela vertente cultural (música, literatura, teatro, etc.) seja pelo econômico, tende a negar suas origens e a própria sociedade ameaça a negar-lhe sua raça, branqueando-o quando lhe convém. Como exemplo podemos citar o caso do compositor e maestro campineiro Carlos Gomes, que tem o seu tom de pele “clareado” pelos pintores ao longo do tempo, proporcionalmente ao aumento de sua fama.

Contribuindo nesse processo de esquecimento das identidades de comunidades populares, as instituições oficiais, na maioria das vezes, voltam-se para o registro da trajetória das

— CORREIO POPULAR — 5.ª Feira, 3 de Outubro de 1968

Em Campinas já estão habitadas a Vila Rica e a Vila Castelo Branco. Quase concluída se encontra a Vila Boa Vista. Em construção, as Vilas Costa e Silva, 31 de Março e do Plano do Terreno Próprio. São etapas recentes do Plano Habitacional do Governo, financiado pelo BNH, sigla que ficou famosa neste Brasil de três anos para cá. Há quem acredite que, ao invés de resolver, o Plano Habitacional veio agravar os nossos problemas sociais. Em pesquisa, o "Correio Popular" levantou os diferentes ângulos da questão. Os depoimentos colhidos permitem avaliar, negativa ou afirmativamente, os

Problemas sociais que o BNH criou

O PLANO HABITACIONAL VAI CRIAR «QUISTOS» SOCIAIS!

Azail Adamir Soares Filho, bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, tem opinião formada sobre o assunto:

«O Plano Habitacional resolve em parte o problema habitacional e, concomitantemente, cria problemas novos de solução tão difícil quanto aos existentes, antes da execução do Plano. Contudo, os problemas criados são de natureza outra. A principal objeção à execução do Plano Habitacional é a criação, em futuro muito próximo, de «quistos» sociais. Os aglomerados humanos que se formam, sem planejamento científico, dentro de muito pouco tempo formarão áreas impenetráveis aos habitantes do próprio bairro em que as casas populares estão situadas. Serão formados núcleos de vivência própria, com baixo nível social e sem a mescla necessária, seja de profissões, seja de posições sociais ou mesmo simples nível cultural.

Repetir-se-ão o fenômeno e os problemas já verificados no passado, por exemplo, em Santa Catarina, com a colônia alemã que lá se instalou.

Poder-se-ia objetar que dentro do próprio planejamento existe assistência social ou órgãos encarregados de observar e resolver o problema. Entendemos, no entanto, que para uma solução pelo menos satisfatória, necessário se tornaria um grande número de pessoas altamente especializado e, portanto, sumamente oneroso aos cofres públicos. Daí porque vislumbramos que, muito brevemente, estarão formados núcleos populacionais de nível cultural extremamente baixo e completamente ao arripio de qualquer interpenetração dos aglomerados vizinhos e que constituem os bairros normais.

Seria melhor que o Banco Nacional de Habitação construísse, através de seus financiamentos, núcleos muito pequenos (10 ou 20 casas) já integrados nos bairros da periferia».

NÚCLEOS habitacionais como os que se formaram nos últimos três anos, em Campinas, e em outros pontos do país, sob a égide do Banco Nacional de Habitação, geram controvérsias. Uns consideram que eles estão ajudando a resolver o problema habitacional do povo brasileiro. Outros, acham que eles solucionam esse problema, mas em parte, criando paralelamente graves ameaças à tranquilidade e à segurança da população.

O fato é que, em sua fase apenas inicial, o Plano Habitacional instaurado pelo Governo, em sua ansia de corrigir uma situação, onde a maioria do povo morava em casas alugadas debaixo de prestações extorsivas, sofreu a incidência de falhas. Uma delas é que foram reunidos em determinados núcleos, logicamente, indivíduos de má índole, formando comunidades de alto índice criminal, apenas porque tais elementos se encontravam em camadas de baixo padrão econômico, justamente as contempladas pelo Plano Habitacional. Sem um critério seletivo, houve em direção aos primeiros núcleos formados, uma canalização de famílias pobres, sem cultura, cujos integrantes de sexo masculino vinham delinqüindo ou estavam propensos a transgredir a lei, na primeira oportunidade. Tudo mercê de sua escassez de recursos econômicos, de sua falta de cultura ou em decorrência do próprio meio em que passaram a viver.

A fim de esclarecer a opinião pública sobre as objeções levantadas ao Plano Habitacional, quatro personalidades foram chamadas a opinar. O ponto de vista de cada uma delas está contido nesta reportagem. A pergunta que cada uma foi convidada a responder é: «O Plano Habitacional conforme foi idealizado pelo Governo e vem sendo desenvolvido, resolve ou agrava os problemas sociais do país?».

Fig. 1 - Mesmo antes destes debates ganharem as páginas dos jornais, seus efeitos já eram sentidos na pele pelos moradores das vilas populares de Campinas. Esta visão negativa sobre as vilas populares também foi encontrada nos depoimentos colhidos dos moradores da Vila Castelo Branco no decorrer da pesquisa. Porém sempre de forma a demonstrar que estas pessoas estavam erradas e que viviam em melhor situação que aqueles que não aceitaram morar nas vilas populares na época.

classes dominantes e o que fica registrado e é divulgado via museus, bibliotecas, centros culturais e centros de memória são os fatos ligados a este extrato social. A preservação e divulgação da memória dos extratos populares dependem da iniciativa de seus próprios membros, o que geralmente só ocorre em situações de conflito social ou devido ao trabalho pioneiro de pesquisadores que, valendo-se da metodologia da História Oral aliada à análise fotográfica histórica, reconstroem a saga de largos contingentes populacionais incorporados à formação dos centros urbanos. [5]

Esta constatação pode ser feita quando buscamos conhecer a memória da Vila Castelo Branco. A memória preservada até então restringia-se aos recortes de jornais da época e relatórios da Cohab Campinas, que retratam a visão das elites sobre o processo de formação desse conjunto habitacional (memória oficial), sem, contudo, registrar a memória real de seus moradores. Procurando reverter essa orientação, instituições

como o Centro de Memória da Unicamp vêm implantando e incentivando linhas de pesquisa no sentido de reconstrução da história das cidades sob a ótica das populações que costumeiramente não encontram espaço para registrar suas trajetórias e visão de mundo.

Nesse processo de reconstrução da memória da Vila Castelo Branco, empregamos as técnicas da história oral aliadas à fotografia como provocadora da memória. A memória preserva situações, relações e formas de comportamento que se alteram com o tempo, da mesma forma que uma fotografia. O tempo congelado na imagem não é mais o retrato fiel do presente, ele já se perdeu no momento do disparo do obturador. Aquela situação não mais existe e nem poderá ser recomposta em seus mínimos detalhes, contudo a memória, ao observar uma fotografia, acredita que está vendo o presente, que pode seguir daquele ponto em diante sem que nada tenha mudado.

No processo de interação com a comunidade e resgate das fotografias das caixas de sapa-

Foto 1 - *Nelson Camargo (o terceiro ciclista, da direita para a esquerda), durante passeio de bicicleta com os amigos até Bom Jesus de Pirapora.*



tos e fundo de gavetas, dentre as imagens recolhidas, verificou-se a predominância das relacionadas ao trabalho ou "aventuras" extra-bairro no grupo masculino (fotos 1, 2 e 3), enquanto as imagens da família e intra-bairro provinham dos acervos femininos (fotos 4 e 5), aspecto já discutido com muita propriedade por pesquisadoras como LEITE (1993), BOSI (1998) e QUEIROZ



Foto 2 - Além das imagens das próprias aventuras, os informantes masculinos também selecionavam os instantâneos de seus pais e avós em situações distantes do lar e da família. Na fotografia acima, vê-se o avô de Nelson Camargo com seu "carro de praça" em viagem a Aparecida-SP.

(1991), entre outros de igual importância.

Em um segundo momento, quando passamos a registrar as falas dos informantes, notou-se uma diferenciação entre o elaborado pelo grupo de maior escolaridade e o que tem na



Foto 3 - Nelson Ribeiro apresentou fotografia que mostra o carro recém adquirido com o salário de motorista de ônibus. Ao fundo vê-se o muro de sua casa na Vila Castelo Branco.

vivência do dia-a-dia a construção de seus referenciais. Um exemplo contundente encontramos na fala de Nelson Ribeiro, 40 anos, 2º grau completo. Este, ao narrar os acontecimentos pertinentes à Vila Castelo Branco e sua trajetória pessoal, o faz relacionando e analisando os fatos e seus desdobramentos na comunidade. Por outro lado, Maria Cândido, 73 anos, semi-alfabetizada, narra os acontecimentos recompondo os diálogos sem, contudo, tecer relações mais fortes com as implicações sociais destes. Para ela, bem como para outros informantes de baixa escolaridade, as conquistas pessoais estão relacionadas diretamente a um plano superior, seu esforço pessoal vem a coroar a vontade divina, a vontade de Deus. Onde a análise da conjuntura social é sublimada, as questões que se referem à discriminação não são analisadas ou sequer tocadas durante as conver-



Foto 4 - Nas imagens selecionadas por Nilza Ribeiro, a família estava representada.

sas. Contudo percebe-se no não dito que elas não são ignoradas, mas sim não-faladas para se evitar o confronto com a sociedade e com a própria realidade.

Por fim, verificamos que, devido ao emprego de fotografias no processo de recomposição da memória, a identificação de passagens que demonstram esse conflito foi facilitada. No discorrer dos relatos, muitas vezes os informantes mergulhavam de tal maneira nas fotografias que deixavam escapar observações que de outra forma não surgiriam. Quando se davam conta destes deslizes, apressavam-se a corrigir as informações ou mudavam drasticamente de assunto, selecionando outra imagem menos perigosa.

É importante observar que a memória de



Foto 5 - Maria Candido (à direita), e a filha em visita a Aparecida-SP.

uma entrevista de história de vida não é a mesma coisa que uma conversa informal com amigos ou mesmo que uma entrevista jornalística. Neste sentido, ver é então produzir sentido, é também fazer história. Ver e falar, falar e ouvir. Não é só o entrevistador que ouve, não é só o entrevistado que fala. Não é um monólogo. É um diálogo, mesmo que este seja entre desiguais. [6]

Ouvir significa uma disponibilidade que entra em conflito com o que poderia vir a ser uma invasão, a utilização do outro que abre sua vida, sua intimidade, sua história. Entretanto este fazer história pode ser compreendido como interação; trata-se efetivamente de uma interação ou uma ação entre os cúmplices envolvidos no processo da entrevista. Há uma troca de “sabe-

res”, tornada possível pela utilização da História Oral, que lida com informações que estão vivas.

O momento da entrevista tem um sentido próprio, distinto do uso que se possa fazer do produto-entrevista, mas que é perseguido na transcrição, na releitura e na versão final da entrevista, quando se torna arquivo oral e escrito. A experiência recente da História Oral fez redescobrir o sentido próprio da entrevista não como fonte para um produto posterior e final da pesquisa, mas como momento fundante, onde não só se recolhe a história, mas também se vive a memória e cria-se um acontecimento que também faz história.

Nesse processo de falar e ouvir atuam mecanismos extremamente sutis que estão relacionados com a construção da identidade pessoal. Memória e identidade estão intimamente ligadas. Não podemos esquecer que, nesta sociedade complexa, cada pessoa pertence a diversos grupos e cada grupo propõe um modelo de identidade, sendo que cada grupo tem suas exigências e suas expectativas.

Desta forma urge empregarmos metodologias que permitam reunir estes fragmentos de forma a tentar construir uma versão mais completa dos acontecimentos. A História Oral e de Vida, aliadas à fotografia, constituem-se em ferramentas importantes nesse processo de reconstrução do passado sob um olhar do presente.

NOTAS

1 - Os “Três Campinhos” ou Campinas que deram origem ao Município de Campinas, segundo Celso Maria de Mello Pupo, localizavam-se na baixada da atual av. Moraes

Sales, na Praça Carlos Gomes, sendo este o maior deles e por último, na confluência das av. Brasil com Orizimbo Maia. Para maiores detalhes ver: PUPO, Celso M. de Mello. *Campinas seu Berço sua Juventude*. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 1969. nº 20

2 - Podemos identificar pelos mapas de Campinas que os bairros menos valorizados encontram-se localizados ao longo dos trilhos da ferrovia e forra do rocio original. Contudo, a região onde se localiza a Vila Industrial foi a que mais se desenvolveu nesse período, atraindo para si a preferência dos investidores locais no que tange à construção de moradias para trabalhadores de baixa renda. Podemos encontrar referência a estes fatos nos trabalhos de PUPO (1969), LAPA (1996), BADARÓ (1996), entre tantos outros pesquisadores da história de Campinas.

3 - Dos conjuntos habitacionais criados pela Cohab em Campinas, apenas a Vila Costa e Silva, 31 de Março, Vila Santana em Sousas e Miguel Vicente Cury foram construídas distantes do eixo principal da ferrovia em sua porção norte. Os demais estão localizados além ferrovia do lado sul. O trilho da Ferrovia Paulista configura a primeira grande divisão entre norte e sul da cidade, entre centro e periferia, conforme dados disponíveis no Plano Diretor de Campinas de 1991.

4 - A discussão dos problemas sociais que a construção de vilas populares em Campinas poderiam gerar foi levantada não só nos círculos mais fechados da sociedade Campineira; este debate chegou aos jornais da época, como no *Correio Popular* (03/08/1968), retornando por ocasião da construção de cada nova vila popular. Também pelos moradores destes conjuntos habitacionais durante a pesquisa de mestrado que gerou

este trabalho.

5 - Conceitos desenvolvidos no artigo de SIMSON. "Memória e poder na sociedade do esquecimento. O exemplo do Centro de Memória da Unicamp." In: *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: Questões para a História da Educação*/Luciano Mendes de Faria Filho (org.). Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção Memória da Educação)

6 - Temática abordada no livro de SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. (org.) *Os Desafios Contemporâneos da História Oral - 1996*. Campinas: CMU-Unicamp, 1997.

BIBLIOGRAFIA

- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o Despontar da Modernidade*. Campinas: CMU-Unicamp, 1996.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Diário do Povo, Correio Popular. Campinas Século XX: 100 Anos de História*. Campinas: Rede Anhanguera de Comunicação, 2000.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LEITE, Míriam L. Moreira. *Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica*. São Paulo: Edusp, 1993.
- PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu Berço e Juventude*. Campinas: Publicações da Academia Campineira de Letras, 1969. nº 20
- QUEIROZ, Maria Izaure Pereira de. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; NOVAES, José Nogueira. *A Febre Amarela em Campinas: 1889-1900*. Campinas: CMU-Unicamp, 1996.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. *Depoimento Oral e Fotografia na Reconstrução da Memória Histórica Sociológica: Reflexões de pesquisas. Boletim do Centro de Memória-Unicamp*. Campinas: DGA-6 – Unicamp, vol. 3, nº 5 jan/jun 1991. p. 14 -24.
- _____. (Org.) *Os Desafios Contemporâneos da História Oral 1996*. Campinas: CMU-Unicamp, 1997.
- _____. "Da 'bastilha negra' à proletarização: Bairro, identidade e memória de espaços negros de Campinas." Campinas: Centro de Memória-Unicamp. 1999. Relatório de pesquisa, processo CNPq nr. 522322/94-8 (RE). Campinas CMU.